

Um panorama das desigualdades contemporâneas do Brasil a partir da leitura crítica de Wright Mills

Sofia Sodré¹², Jorge Machado¹³

Introdução

Tal qual frutos amargos que nascem e têm suas sementes plantadas no mesmo solo, sob as mesmas circunstâncias, é a desigualdade social, no Brasil.

O objetivo desse texto é apresentar um panorama de algumas das principais dimensões em que se expressam as desigualdades sociais e desenvolver uma crítica a partir da perspectiva crítica proposta por Wright Mills. Esse autor coloca em cheque as hipóteses que atribuem aos indivíduos a plena responsabilidade pelas condições objetivas de suas vidas. Em vez disso, busca explicações numa conjunção que envolve história, biografia e estrutura social. Um elemento importante para compreender a sociedade é a “imaginação sociológica”, segundo Mills (1965), a capacidade que o pesquisador deve ter de ampliar a consciência e perceber fatos e eventos dentro de um contexto mais amplo, deixando de lado as limitações do “homem” – visto como um ser individualista, egoísta e fechado em seu mundo.

O panorama da desigualdade social é apresentado a partir dos estudos mais recentes, onde se foca nos tópicos renda e emprego, habitação e educação. Não é objetivo desse texto discutir

12 Graduada em Gestão de Políticas Públicas.

13 Docente do curso Gestão de Políticas Públicas e Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP) da Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH/USP).

profundamente cada um deles, mas sim associá-los entre si num quadro maior para, ao final, apresentar uma análise crítica.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020a), em 2019, a renda média mensal de 50% da população brasileira correspondeu a R\$ 850, valor abaixo do salário mínimo estabelecido. Já o desemprego afeta 13,3% da população brasileira (IBGE, 2020b). Uma comparação das taxas de desocupação desagregada por cor ou raça, dos anos 2012 e 2020, demonstra que o desemprego cresceu a uma taxa de 8,2% entre as pessoas pretas, 6,3% entre as pardas e 3,8% entre as pessoas brancas (INGE, 2020c), o que evidencia que esse problema é maior entre segmentos historicamente discriminados.

De acordo com o IBGE (2020a), o rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população brasileira foi de R\$ 2.308. Este mesmo relatório demonstra que o rendimento médio mensal das pessoas pretas corresponde a 55,8% (R\$ 1.673) do rendimento médio mensal das pessoas brancas (R\$ 2.999).

O rendimento médio mensal segundo o grau de instrução evidencia que existe forte relação entre essas duas variáveis. Conforme o IBGE (2020a), o rendimento médio mensal do brasileiro classificado como “sem instrução” foi 60,2% inferior à média nacional. Já a renda média daqueles que possuem o ensino superior completo, se comparada com a renda média geral, revela a dimensão da desigualdade social no país: este segmento supera em 121,32% a média nacional.

Consoante o Anuário Brasileiro de Educação Básica (Todos Pela Educação & Editora Moderna, 2020), 61,8% dos jovens de 15 a 17 anos, entre os 25% mais pobres, estão matriculados no Ensino Médio, enquanto a proporção entre os 25% mais ricos é de

90,8%. Quanto ao Ensino Superior, as discrepâncias entre estes segmentos também são verificadas, o que evidencia que as desigualdades socioeconômicas têm impacto substancial sobre o ingresso e manutenção do indivíduo nas redes de ensino.

Mais uma característica que permeia o cenário brasileiro é o déficit habitacional de 7,7 milhões de moradias (Abrainc & FGV, 2018). A maior causa disso é o alto custo de uma moradia adequada em relação à renda das famílias, o que compromete o direito à moradia de parte considerável da população. Há que significativa parcela da população vive em favelas e em cortiços. Somente na cidade de S. Paulo, são 2 milhões de moradores nessa situação.

Pensando essa realidade com Wright Mills

As referências acima têm a finalidade de evidenciar as assimetrias da sociedade brasileira, que são verificadas nos diversos planos. Neste momento, a imaginação sociológica em Wright Mills será um sustentáculo para uma análise acerca das desigualdades sociais que produzem pobreza, exclusão e violência.

Para Mills (Mills, 1959/1965, p.12), “a imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e a relação entre ambas dentro da sociedade”. Ainda, conforme o autor (Mills, 1959/1965), a imaginação sociológica permite distinguir as perturbações pessoais das questões públicas. Dessa forma, as primeiras dizem respeito ao âmbito individual, dentro do alcance imediato do sujeito, abrangendo sua realidade próxima, sendo apenas o indivíduo o responsável por criar e resolver suas perturbações. Por conseguinte, quanto às questões públicas, os fatos transcendem a órbita individual, dizem respeito às esferas

institucionais, remetendo-se a assuntos públicos de interesse social e estão além da capacidade de resolução do indivíduo.

Acerca da naturalidade com que miseráveis são produzidos pela dinâmica socioeconômica vigente no Brasil, Herbert de Souza afirma que é preciso “acabar com essa naturalidade, recuperar o sentido da indignação frente a degradação humana, re-absolutizar a pessoa como centro e eixo da vida e da ação política” (Souza, 1993, p.2). Em um país onde 6,5% da população vive em situação de extrema pobreza e ¼ da população encontra-se abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019b), a face mais cruel e perversa do sistema capitalista é descoberta: as desigualdades por ele geradas e mantidas; a fome naturalizada; a opulência e riqueza vivendo ao lado da escassez e da miséria; a indiferença humana. Nas palavras do sociólogo Herbert de Souza:

A fome é exclusão. Da terra, da renda, do salário, da educação, da economia, da vida, da cidadania. Quando uma pessoa chega a não ter o que comer, é porque tudo o mais já lhe foi negado. É uma forma de cerceamento moderno ou exílio. A morte em vida. O exílio da Terra. Mas a alma da fome é política. [...]

Como a miséria é a síntese e o nó de um processo, desvendar e atacar a miséria é também um modo de desfazer radicalmente o Brasil. É pegar o Brasil pelo umbigo. A negação radical da miséria é um postulado de mudança radical de todas as relações e processos que geram a miséria. É uma interpelação a tudo e todos, é um passar a limpo a História, a sociedade, o Estado e a economia. É virar o Brasil pelo avesso. No concreto (Souza, 1993, p. 1).

Por conseguinte, à medida que o sistema se aprofunda em sua essência, a vida humana perde valor frente ao capital, e a própria sociedade é ensinada a ver com naturalidade o cenário de injustiças que ele concebe. A falsa ideia de liberdade e independência deixam a meritocracia em voga; todos são levados a pensar que são livres e que a ascensão socioeconômica tem apenas uma variável: o esforço individual. E dessa forma justificam as desigualdades e suas implicações.

A fome e a desnutrição são especialmente consequências das desigualdades sociais e não podem ser vistas com naturalidade, indiferença, quem dirá com olhar de aceitação. A pobreza e miséria são mantidas pela estrutura social e econômica atual. Verifica-se “um dos maiores PIBs do mundo abraçado com a pobreza e miséria mais espantosa” (Souza, 1993, p.1). Aqui, abre-se parênteses para mencionar que as implicações diretas da manutenção desta estrutura essencialmente capitalista são o aumento da vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores da base da cadeia produtiva.

É importante destacar outro ponto: a dinâmica social sobrecarrega o sujeito e mina sua capacidade de reflexão acerca de sua realidade e do papel que desempenha dentro do sistema que vigora, consumindo suas energias. Assim sendo, este também é um aspecto responsável por sua aceitação em massa, e manutenção. Interessante notar que de questão pública, como de fato é o conjunto pobreza e miséria; a lógica capitalista passa a enxergá-la e difundi-la como uma espécie de perturbação pessoal, como um problema individual, como sugere a prevalência da meritocracia. Desta forma, a existência de 43 milhões de pessoas

em situação de insegurança alimentar (FAO, 2020) ou de um déficit de quase oito milhões de moradias seriam em razão do próprio fracasso do indivíduo, de sua inação ou incapacidade. No lugar de se discutir questões de fundo estrutural e históricas, a lógica individualista atribui ao indivíduo o seu sucesso ou fracasso. Naturaliza-se as desigualdades cada vez mais agudas, ao mesmo tempo em que se busca legitimar o “espírito empreendedor” e o esforço individual como vetores principais de mudanças sociais. Ao invés de tratar de questões de injustiça, exclusão e de exploração históricas, surgem os *coachs*, instrutores motivacionais e *digital influencers* para tornar o indivíduo mais competitivo dentro da ilusão de que tudo é possível com o devido esforço pessoal. Nesse cenário, a precarização do trabalho e das condições de vida pode ser vista como uma situação transitória. Pessoas de sucesso, os novos bilionários, as empresas “unicórnios” estão aí para provar que é possível...

Conforme R. Muggah e A. P. Pellegrino (2020, p.30), “configurações marcadas por extrema desigualdade social, desvantagem concentrada e serviços desiguais - especialmente educação - podem exacerbar os determinantes da violência”, assim, tem-se a acentuação da exposição de jovens à violência e criminalidade nos locais onde a pobreza e exclusão, portanto, escassas possibilidades de inserção e ascensão social, estão substancialmente presentes e concentradas. Se a definição de violência vai além da agressão física, então, conforme Arblaster (1996, como citado em Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinelli, 2002, p.20) “uma política que deliberada ou conscientemente conduza à morte de pessoas pela fome ou doença pode ser qua-

lificada de violenta. Essa é uma razão por que slogans como ‘pobreza é violência’ ou ‘exploração é violência’ não constituem meras hipérboles”, logo, verifica-se que a violência primeira é perpetrada pelo Estado e pela sociedade, quando negligenciam sistematicamente os direitos das pessoas situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Um sistema permeado de assimetrias. Perturbação pessoal ou questão pública?

Desse modo, resgatando os dados expostos, é evidente que o desemprego ou o trabalho precário que cresce estruturalmente está muito além da capacidade individual de resolução, mas se assenta em questões de caráter institucional político e econômico. O mesmo se pode dizer do racismo estrutural, da desigualdade de gênero, que dependem de uma ação política ampla e persistente.

De modo análogo, em um país onde apenas 1% da população detém 28,3% da renda de todo o país (Organização das Nações Unidas [ONU], 2019), concentração que gera pobreza e miséria no outro extremo da pirâmide social, é evidente que a disposição política é fundamental em favor da redistribuição da mesma, e não se trata de esforços individuais e isolados.

Em se tratando de educação no país, o acesso, a qualidade e a infraestrutura são aspectos que tornam a educação pública brasileira desigual. Como o foco principal aqui é ressaltar a desigualdade, destaca-se que o acesso à educação, substancialmente, é comprometido por questões socioeconômicas, cabendo refletir sobre a interdependência e inter-relação dos di-

reitos constitucionais humanos, pois quando o direito à alimentação, à moradia ou ao transporte escolar são comprometidos, o direito à educação também é prejudicado. Se os profissionais da educação têm formação de baixa qualidade, recebem baixos salários ou não tem autonomia em sala de aula – aspectos que variam no território brasileiro –, a qualidade do ensino também se torna desigual. Nesse aspecto, a desigualdade inter-regional, no país, se revela pela distribuição dos recursos educacionais aos municípios. As assimetrias, assim, estão presentes desde as possibilidades de acesso à escola e a realidade individual do aluno, a qual influencia fortemente em seu aprendizado, até a distribuição de recursos aos municípios e às instituições educacionais. Essas assimetrias, que em sua maioria extrapolam as órbitas individuais, influenciam substancialmente no desenvolvimento pessoal do aluno e, por conseguinte, toda sua trajetória acadêmica e profissional fica comprometida, perfazendo-se o ciclo das desigualdades socioeconômicas e da pobreza no país.

Retomando a imaginação sociológica em Mills (Mills, 1959/1965), a educação desigual no Brasil está intimamente relacionada à esfera pública, sendo essencial a mobilização social e de atores políticos engajados em um projeto que reduza deformidades educacionais e que assegure, de fato, o direito à educação de boa qualidade, assim como outros direitos que dela dependem, sejam efetivados.

Considerações finais

O cenário brasileiro evidencia a necessidade de que a vida humana seja resgatada como parte central do desenvolvimento socioeconômico, que os pilares que sustentam nossa estrutura desigual sejam transformados radicalmente.

Sendo o capital e o lucro o cerne do capitalismo e a concentração de riquezas sua consequência direta, a produção de desigualdades alarmantes mostra-se intrínseca ao sistema em vigor. É insustentável uma sociedade onde milhões de seres humanos vivem em situação de extrema pobreza e são condenados a um ciclo de miséria e luta pela sobrevivência, enquanto outra minoria deleita-se em riqueza. Ademais, a concentração persistente de capital econômico gera condições para continuidade dessa situação, fazendo que o ciclo jamais se quebre. A pobreza e o ensino público de baixa qualidade são barreiras, mecanismos utilizados para a manutenção da continuidade do ciclo. Diferentes oportunidades produzem diferentes realidades, e é sabido que a realidade de quem está na base da pirâmide tende a ser continuada ou pouco alterada por sucessivas gerações.

Aqui, destaca-se a necessidade de enxergar as questões estruturais e históricas que estão por trás dessa situação, conforme aponta Mills. Nesse sentido, o engajamento nos temas públicos é a via pela qual os cidadãos podem superar as limitações de uma perspectiva egoísta e limitada da realidade para assumir uma responsabilidade histórica de construir as bases de uma sociedade inclusiva, sustentável e igualitária.

Enquanto a educação for de baixa qualidade e desigual no território brasileiro, as assimetrias serão mantidas, mas a meritocracia continuará em voga, e as próximas gerações continuarão tendo seu futuro moldado (ou influenciado) fortemente pelas poucas oportunidades que uma vida de privações e necessidades proporciona. A ausência de um pensamento crítico proposto pela imaginação sociológica de Mills resulta na falta de questionamento sobre os determinantes de seu desemprego, da pobreza e

das condições objetivas em que as pessoas vivem. Nesse contexto, naturalizam-se a miséria, a fome e é jogada sobre os ombros do indivíduo toda responsabilidade sobre sua condição objetiva, como não houvesse história ou estrutura social subjacente a isso.

Referências

- Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. C., Lima, F. S., & Martinelli, C. C. (2002). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas (p.20). Unesco Brasil. Recuperado em 29 de setembro, 2020, de unesdoc.unesco.org/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_69ef5b2d-84a9-49d5-8855-f0a702c38736?=127138por.pdf&to=84&from=1
- Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias & Fundação Getúlio Vargas (2018). Análise das Necessidades Habitacionais e suas Tendências para os Próximos Dez Anos. Recuperado em 17 de setembro, 2020, de <https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf>
- Departamento Penitenciário Nacional (2019). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Relatório Consolidado (dez. 2019). Recuperado em 28 de setembro, 2020, de <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/bases-de-dados>
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO (2020). The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome, FAO, 1 – 60, 172. Retrieved september 15, 2020, from <https://doi.org/10.4060/ca9692en>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019a). Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Tabela 7112 Educação: 2019. Recuperado em 14 de setembro, 2020, de <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7112#resultado>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019b). Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 14 de setembro, 2020, de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rendimento de todas as fontes: 2019. Rio de Janeiro. Recuperado em 14 de setembro, 2020, de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020b). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Séries Históricas: Taxa de desocupação. Recuperado em 16 de setembro, 2020, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacionalpor-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020c). Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2020. Recuperado em 16 de setembro, 2020, de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020d). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Educação:2019. Rio de Janeiro. Recuperado em 16 de setembro, 2020, de

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (2020). Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - O mapa da desigualdade. São Paulo. Recuperado em 18 de setembro, 2020, de https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588006460-sustentabilidade_terras_agricolas.pdf

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019). Atlas da Violência (p.26). Recuperado em 29 de setembro, 2020, de https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf

Mills, C. (1965). The sociological imagination (W. Dutra, Trans.). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1959).

Muggah, R. & Pellegrino, A. P. (2020). Prevenção da violência juvenil no Brasil: uma análise que funciona (p.30). Recuperado em 28 de setembro, 2020, de https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/02/youth_violence.pdf

Organização das Nações Unidas (2019). Relatório de desenvolvimento humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York. Recuperado em 12 de setembro, 2020, de https://www.cnedu.pt/content/noticias/internacional/hdr_2019_pt.pdf

Souza, H., & Rodrigues, C. (1993). A alma da fome é política (pp. 1-3). CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. Série: Produção Intelectual. Fundação Getúlio Vargas. Recuperado em 27 de setembro, 2020, de

https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FGV_HS_PI&pasta=HS%20pi%20Souza,%20H.%201993.09.12&pagfis=1682

Todos Pela Educação, & Editora Moderna (2020). Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020. São Paulo: Moderna. Recuperado em 21 de setembro, 2020, de <https://en.calemeo.com/read/002899327673357a0e974?authorid=YhVHn5Pn6LzE>